



Saúde e qualidade de vida

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu, desde 1946, que saúde é “o completo bem-estar físico, mental e social e não somente a ausência de doenças ou agravos”. Na mesma linha, seguiu a Constituição Federal do Brasil, que consagrou a saúde como direito social fundamental.

Cabe, a cada indivíduo, zelar por sua saúde integral, buscando equilíbrio entre as dimensões física, mental e social. Entre os bons caminhos, estão a alimentação saudável, a atividade física, sono adequado, práticas relaxantes e relacionamentos saudáveis.

Para estimular essa busca por melhoria da qualidade de vida, a Apeminas criou uma campanha, em fevereiro de 2021, chamada “A Lei é Exercitar”: todos os meses, um associado compartilha, nas redes sociais da Associação, experiências e atividades que contribuem para o seu bem-estar, incentivando os colegas a adotarem hábitos semelhantes.

Com o mesmo objetivo de promoção da saúde, a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape) lançou, em agosto de 2023, importante pesquisa sobre os *Níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal*. Com esse estudo, foi possível produzir um diagnóstico, que indica elevado estresse ocupacional dos advogados públicos estaduais.

Na avaliação do psicólogo e diretor da Psych, Cristiano Costa, membro do Grupo de Trabalho responsável pela produção e execução da pesquisa, os resultados são preocupantes. Em entrevista, ele destaca algumas das maiores dificuldades enfrentadas pelos advogados públicos estaduais em seus ambientes de trabalho, e aponta caminhos que devem ser adotados pelo Estado para garantir a saúde dos seus servidores. Como, por exemplo, a implantação de núcleos de gestão de saúde pelas Procuradorias-Gerais.

Páginas: 3 a 6



- **Palavra da Diretoria:** *Cuidar da saúde do procurador do Estado não é despesa, é investimento*, por Célia Cunha Mello, presidente da Apeminas.Página 2
- **O uso de telas e seus impactos:** Artigo do ortopedista e professor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (FCM-MG), Rodrigo Otávio Dias de Araújo.Página 7
- **História:** Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta homenagem aos 20 anos da Apeminas.Página 8
- **OAB:** Procuradores dos Estados palestraram sobre honorários advocatícios, autonomia da Advocacia Pública e dos entes federados, na 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira.Página 9
- **Retrospectiva Apeminas.** Páginas 10, 11 e 12

Cuidar da saúde do procurador do Estado não é despesa, é investimento

A saúde física e mental é, sem dúvida, o nosso maior patrimônio. A pandemia registrou isso de forma indelével nas nossas vidas. A Apeminas, reconhecendo a importância da saúde dos seus associados, implantou em suas redes sociais a campanha “A Lei é Exercitar” - com o objetivo de ajudar advogados públicos a sustentarem o equilíbrio físico e psicológico, considerando o estresse permanente atrelado à atuação advocatícia, que amplifica as responsabilidades que recaem sobre os seres humanos que ocupam os cargos públicos de procurador do Estado de Minas Gerais.

Os cuidados com o corpo e com a mente são importantíssimos para nossa qualidade de vida. Procuramos fomentar a prática de atividades que promovam saúde e bem-estar, com a divulgação de experiências e depoimentos de colegas que, respeitando as aptidões, interesses e características individuais, lhes permitiram alcançar mais satisfação, leveza e qualidade de vida. Dizem que palavras convencem, mas o exemplo arrasta! É esse o objetivo dessa campanha idealizada há cerca de três anos pela Apeminas. Temos colegas que são verdadeiros atletas, temos colegas que gostam de se exercitar e de praticar algum esporte, temos aqueles que só se exercitam eventualmente (finais de semana ou nas férias), e temos os sedentários. Queremos que as boas práticas de uns sejam inspiração para aqueles outros que, ainda, não aceitaram que temos que nos mexer, que nos exercitar, que o sedentarismo e a obesidade são impostores que devemos combater.

“ Confiamos que o Estado de Minas Gerais adotará programas que auxiliem a manutenção e recuperação da saúde física e mental daqueles que lhe prestam serviços ”

Noutro enfoque, a consciência de que um único erro no exercício da Advocacia Pública pode significar enormes revezes para o Estado e para a sociedade civil, amplifica os níveis de estresse que permeiam o nosso cotidiano funcional. Por isso, a Apeminas recomenda aos seus associados a prática de mergulho, ioga, caminhada/corrida, futebol, tênis, esportes náuticos, e/ou qualquer atividade prazerosa que tenha o condão de imprimir uma melhora na qualidade de vida dos procuradores do Estado de Minas Gerais.

Entrevistamos, nesta edição do Res Publica, o Dr. Cristiano Costa, psicólogo que desenvolveu, para a Anape, uma pesquisa nacional sobre os *Níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal*, lançada em 2 de agosto, em Brasília (DF). O diagnóstico produzido por essa pesquisa evidenciou que o estresse ocupacional que os advogados públicos estão sujeitos, atualmente, é descomunal.



Adriana Porto/Apeminas

Célia Cunha Mello
Presidente da Apeminas

A celeridade resultante da digitalização dos processos judiciais e da adoção de inteligência artificial nos tribunais, o uso excessivo de telas, o recebimento ininterrupto de citações e intimações por meios eletrônicos – são apenas algumas revoluções tecnológicas que alteraram visceralmente o cotidiano daqueles que militam na Advocacia Pública. Esse panorama se agrava na medida em que os Estados federados, dentre os quais Minas Gerais, não asseguraram às suas Advocacias-Gerais a mesma estrutura tecnológica que os Tribunais e outros órgãos essenciais à Justiça já experimentam. Desequilíbrio que desorganiza as forças e as relações interinstitucionais que integram o sistema de Justiça, fragilizando a defesa do próprio Estado e vulnerabilizando, na outra ponta, o servidor que representa o ente estatal.

Essa entrevista fará o leitor reconhecer que, individualmente, cada procurador tem que cuidar da própria saúde. Não dá para adiar! Esse conselho deve ser seguido, considerando os ideais de qualidade de vida que almejamos.

Mas a principal contribuição desse diagnóstico, produzido pela Anape, é de natureza institucional, no sentido de recomendar que o Estado cuide dos seus procuradores e colaboradores. A começar pela implantação de políticas que exijam exames admissional, demissional, adaptação dos servidores após afastamentos ou mudança de função/lotação, e mais incentivo à submissão a exames periódicos, campanhas de vacinação, além de cuidados preventivos com a compra/substituição de mesas e cadeiras ergométricas, recomendação de intervalos terapêuticos, alongamentos, etc. Realmente, está ultrapassado o discurso que justifica essa omissão estatal pelas limitações orçamentárias ou entraves burocráticos.

Confiamos que, aqui entre montanhas, o Estado de Minas Gerais adotará programas que auxiliem a manutenção e recuperação da saúde física e mental daqueles que lhe prestam serviços. A saúde e a segurança ocupacional dos servidores públicos não são despesas adiáveis ou evitáveis. Na verdade, a saúde do funcionalismo público é o único investimento capaz de evitar afastamentos e faltas funcionais, aposentadorias por invalidez, para não mencionar os baixos índices de aproveitamento, transtornos mentais e outros problemas ligados à motivação e à força de trabalho, verificados quando as condições de trabalho não estão minimamente adequadas.

Ainda teremos, nesta edição, uma matéria que conta detalhes da homenagem que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais prestou à Apeminas, no dia 25 de setembro, e outra, sobre a participação da Advocacia Pública estadual na 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, realizada pela OAB, em Belo Horizonte (MG), no período de 27 a 29 de novembro.

Tenham todos uma boa leitura.

> A pesquisa produzida pela Anape, *Níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal*, está disponível no site da Apeminas, na Área do Associado (www.apeminas.org.br)

Pesquisa da Anape indica: Procuradorias-Gerais precisam investir em núcleos estratégicos de saúde integral

Cristiano Costa

Psicólogo clínico, diretor da Psych, responsável pela execução da pesquisa sobre os *Níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal*



Importante pesquisa sobre os *Níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal* foi lançada na reunião do Conselho Deliberativo da Anape, no dia 2 de agosto, em Brasília (DF), revelando, entre outros dados, preocupante estresse ocupacional de seus associados.

O estudo foi realizado entre novembro de 2022 e abril de 2023, contando com a colaboração de 485 procuradores ativos e aposentados do País. Considerando as finalizações dos questionários, 331 participações serviram de amostra, que, no universo de 3.505 associados, garantiu margens de 90% de confiança e de 4,29% de erro, validando a interpretação dos resultados.

O objetivo do diagnóstico foi analisar os níveis de saúde e qualidade de vida dos procuradores dos Estados e do Distrito Federal, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, tendo como perspectiva o planejamento de pautas a serem apresentadas pela Anape às Procuradorias-Gerais, assim como fundamentar programas personalizados para a prevenção e a promoção da saúde de seus associados. A expectativa é de que as iniciativas possam ser incorporadas ao planejamento institucional das Procuradorias-Gerais dos Estados e DF, incluindo a AGE-MG, apoiando, ainda, o trabalho a ser desenvolvido pelas associações estaduais e distrital.

A iniciativa mostrou-se oportuna. Em todo o País, foi observado o aumento das queixas de sobrecarga, exaustão e consequente ocorrência de lapsos que se agravam sob o risco real da

instauração de processos administrativos disciplinares. Como resultado, pedidos precoces de aposentadorias, afastamentos e recorrentes licenças motivadas por transtornos de saúde. De acordo com o relatório, produzido pela empresa Psych – Psicologia Clínica e Organizacional, observa-se que “enquanto ainda absorvem no cotidiano profissional os efeitos práticos (do) uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário, o ser humano real, sozinho e sem apoio administrativo satisfatório, trabalha até a exaustão, atravessado que é pelas rigorosas cautelas e intransferíveis obrigações que define a Advocacia de Estado”.

Para a realização da pesquisa, foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado pela procuradora do Estado da Bahia e diretora de Direitos Humanos da Anape, Cristiane Santana Guimarães. O grupo também foi composto pela procuradora do Estado de São Paulo e diretora-presidente da Escola Nacional de Advocacia Pública Estadual, Patrícia Ulson Pizarro Werner, pelo procurador do Distrito Federal, Marcos Gustavo de Sá e Dumond, e pelo psicólogo clínico e do trabalho, Cristiano Costa, responsável pela execução do projeto.

Nesta entrevista, Cristiano Costa, diretor da Psych, detalha alguns resultados e aponta possíveis caminhos para a promoção da saúde e qualidade de vida dos procuradores dos Estados e do Distrito Federal. Entre eles, destaca-se a criação e dotação funcional e orçamentária de núcleos de gestão da saúde ocupacional, pelas Procuradorias-Gerais.

Res Publica - Na introdução de sua pesquisa, o senhor afirma que o estresse ocupacional que hoje experimentam os advogados públicos no Brasil é descomunal. Essa afirmativa vale apenas para os procuradores dos Estados e do Distrito Federal ou é mais abrangente, incluindo outras categorias da Advocacia Pública, por exemplo?

Cristiano Costa - Minha afirmativa vem de dados apresentados em

diagnósticos epidemiológicos que realizamos entre integrantes de três carreiras distintas da Advocacia Pública Nacional. Duas federais, que são os Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz, 2021) e os Advogados da União (Anauni, 2023) – e agora, entre os membros das Procuradorias Estaduais e Distrital. Ainda que escassos, outros estudos e artigos igualmente apontaram a sobrecarga e falta de apoio, bem como as transformações

do cotidiano de trabalho entre outros procuradores federais e municipais. Claro que existem particularidades na experiência organizacional, bem como diferenças importantes na intensidade de sofrimento que experimentam os integrantes de carreiras tão distintas. Mesmo entre colegas de uma mesma carreira, com a variação do campo de atuação, se no contencioso, na gestão ou no consultivo, por exemplo, observam-se diferenças expressivas, com agravo para quem atua no contencioso. Bem como na análise dos referentes de gênero e raça. Em uma mesma carreira, realidades diferentes para homens e mulheres. E a desfavor para elas. Contudo, o que há em comum entre todos é aquilo que dá título ao jornal da Apeminas: a coisa pública. E o ambiente disruptivo gerado pela aplicação maciça da Inteligência Artificial pelo Poder Judiciário e pela ampla virtualização do trabalho.

Como destaquei no relatório da pesquisa promovida pela Anape, ao lado das rigorosas cautelas e intransferíveis obrigações do advogado público, existe, no ambiente de falha provocada pela sobrecarga versus a imprescindibilidade da pessoa humana, um horizonte de consequências que inexistem entre seus pares na iniciativa privada ou no terceiro setor, que é a consequência jurídica e simbólica da exoneração, do afastamento das atividades e perda da função pública. Se estresse permanente, solidão e comprometimento excessivo são preditores comuns de adoecimento mental na Advocacia em geral, entre advogados públicos, a complexidade e o significado das causas, os valores materiais e subjetivos implicados no desempenho do trabalho, tudo isso, são como amplificadores das vulnerabilidades envolvidas. O gigantesco esforço pessoal que se faz necessário para investidura em uma Carreira de Estado é conhecido por todos. Objetivamente, o erro aqui pode ser fatal.

RP - Quais os maiores transtornos emocionais e físicos percebidos em sua pesquisa?

CC - A pesquisa realizou um tipo de rastreamento por incidências de transtornos por órgãos ou sistemas vitais, bem como aplicou instrumentos específicos sobre saúde mental e qualidade de vida. Assim, os principais tipos de transtornos relacionados à saúde que os procuradores dos Estados e do DF apresentaram, primeiro, relacionam-se à saúde oftalmológica, seguida pelos transtornos psíquicos. Totalmente imersos em um mundo feito por telas e vídeos, vemos aí a importância da saúde dos olhos. Quanto à saúde mental, o escore de Transtornos Mentais Comuns (TMC) ficou 8,53% pontos acima da média esperada pela OMS. Os principais sintomas foram psicossomáticos, como tensão constante, sono ruim e cansaço excessivo ao longo dos dias. Estes foram os primeiros destaques. Vimos ainda transtornos nos sistemas digestivo, cardiovascular e osteomuscular ou locomotor. Na análise por sexo, as procuradoras trazem os transtornos da tireoide, en-

“ Se estresse permanente, solidão e comprometimento excessivo são preditores comuns de adoecimento mental na Advocacia em geral, entre advogados públicos, a complexidade e o significado das causas, os valores materiais e subjetivos implicados no desempenho do trabalho, tudo isso, são como amplificadores das vulnerabilidades envolvidas ”

quanto seus colegas procuradores acentuam os transtornos otorrinolaringológicos. Importa lembrar que o relatório final esmiúça os tipos de transtornos. Uma linha de base epidemiológica foi traçada e, sobre ela, agora, observo o empenho da Anape em propor e fundamentar iniciativas no campo da saúde junto às Procuradorias-Gerais e associações estaduais.

RP - É possível inferir que boa parte dos problemas de saúde física apontados na pesquisa tem origem psicológica?

CC - Sim. Compreendendo que a Psicologia é a ciência do comportamento humano, as conclusões diagnósticas apontaram ritmo de trabalho penoso e intenso estresse adaptativo que, por sua vez, vem se manifestando através de transtornos psicossomáticos variados, como ansiedade, nervosismo, tensão constante e importantes sintomas depressivos. Essencialmente, temos um cenário de exaustão ou *burnout*, para lembrarmos do termo que vem sendo mais utilizado na literatura especializada.

RP - Os dados apurados na pesquisa dos associados da Anape diferem-se muito da média registrada nas populações do Brasil e de outros países? O estresse, a depressão e a ansiedade não seriam um fenômeno global? Quais seriam as maiores causas desse adoecimento coletivo?

CC - Os transtornos mentais, sim, hoje se configuram como uma ameaça global. Pode haver países melhores ou piores sob determinados recortes interpretativos ou na habilidade para condução do problema. Porém, todos, sem exceção, lidam com situações adversas, porque este é um fenômeno humano ligado à vida dos seres humanos. Suas maiores causas sempre serão de natureza sociopolítica e econômica, ainda que em cada indivíduo repousem fatores que levam tanto ao caminho da superação criativa dos conflitos, quanto à exacerbação das vulnerabilidades. Um estudo da Universidade Federal de São Paulo realizado em 2021 mostrou que a prevalência de transtornos mentais no Brasil aumentou em 25% durante a pandemia. Estima-se que os transtornos de ansiedade afetem cerca de 9% a 18% da população brasileira, com variações de acordo com o tipo de transtorno e a região. Em nosso relatório, observamos que o humor ansioso afeta quase 38% dos procuradores. Por outro lado, a insônia, que está presente em quase a metade deles (48%). De acordo com estudos da Fiocruz, 72% dos brasileiros sofrem de doenças relacionadas ao sono em 2023. Ainda, de acordo com dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, aproximadamente 30% dos trabalhadores brasileiros estão ameaçados pelo *burnout*. Entre os procuradores dos Estados, 45% afirmaram que estão se sentindo cansados a maior parte do tempo, sintoma clássico da síndrome.

“ Entre os procuradores dos Estados, 45% afirmaram que estão se sentindo cansados a maior parte do tempo, sintoma clássico da síndrome (*burnout*) ”



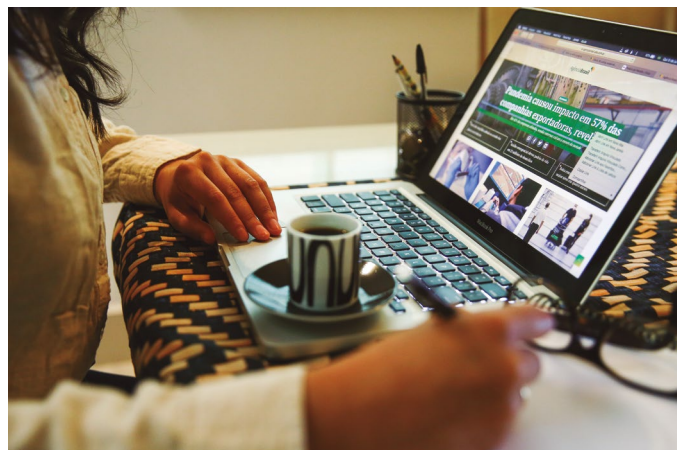
Divulgação Anape

RP - No diagnóstico, o senhor avalia que o excessivo volume de trabalho a que estão submetidos, somado à constante instabilidade do setor público e às ações disruptivas do Poder Judiciário, pode estar gerando tais transtornos. De que maneira a automação dos processos pelo Judiciário tem afetado a saúde dos procuradores do Estado? O teletrabalho aparece como um grande desafio para esses profissionais?

CC - Há tempos o Poder Judiciário lida com a questão do aumento e massificação das demandas por parte da população - o que em si pode ser um bom sinal - e as fortes críticas sobre a lentidão das suas decisões. Com a adoção da Inteligência Artificial, um procedimento que antes obedecia a um rito e tempo específicos, hoje, muitas vezes, é instantâneo. Neste cenário, claro que o aumento do volume de trabalho é igualmente exponencial e os procuradores, ainda que disponham de ferramentas e tecnologias próprias, precisam, por conta da natureza do trabalho do advogado público, revisar e imprimir aquele algo a mais que somente um ser humano é capaz de realizar. Quanto ao teletrabalho nesse cenário, para a maioria pesquisada, apesar das necessidades de aperfeiçoamento, é algo que chegou trazendo conforto laboral e mitigação dos altos níveis de estresse.

RP - Os resultados apontam que determinadas áreas e grupos, como os que atuam no contencioso e formado por mulheres, apresentam piores indicadores quanto à saúde física e psicológica. A que o senhor atribui essa diferença, em comparação com os profissionais do sexo masculino e os que trabalham no consultivo e na gestão?

CC - A questão de gênero é complexa e envolve desde a feminina capacidade de reconhecimento e aceitação de vulnerabilidades, até outros marcadores socioculturais que deixam mesmo as mulheres em situação de desvantagem. Quanto à área de atuação, a resposta se divide em duas partes: primeiro, o volume, a demanda. Os membros do contencioso simplesmente recebem muito mais afazeres, tarefas ou procedimentos repetitivos que seus pares em outras áreas. Segundo ponto, a natureza do trabalho, pois o contencioso envolve contestação, disputa e suas conseqüentes emoções beligerantes.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

somente a metade não está sedentária. Em compensação, do ponto de vista da saúde emocional, apresentaram um escore inferior de TMC ou Transtornos Mentais Comum que seus colegas ainda na ativa.

RP - Entre os depoimentos selecionados, em espaço aberto para a opinião dos participantes da pesquisa, destaca-se a observação de que a realização de concursos públicos poderia reduzir a carga de trabalho e, assim, diminuir o estresse e demais problemas de saúde advindos dessa condição. Inclusive, esse caminho é apontado pela Psych como uma das prioridades para a promoção de saúde, assim como contratação de servidores de apoio e suporte administrativo. No entanto, o mesmo participante observa que as Procuradorias-Gerais dependem dos governos estaduais para melhoria das condições de trabalho, o que nem sempre é considerado. Esse sentimento de limitação ou impotência em mudar a situação pode estar contribuindo para o adoecimento da classe?

CC - Como a maioria dos empregadores, os governos estaduais e distrital muitas vezes insistem no discurso das limitações orçamentárias, da austeridade ou de outros entraves de natureza burocrática e administrativa para tentarem fugir do óbvio, que é a importância de cuidar de seu pessoal. E, ainda mais, de quem cuida da defesa e assessoria qualificada do Estado no enfrentamento das adversidades no curso da gestão e na implantação das políticas públicas. Esse é o papel dos procuradores e procuradoras diante do ente federativo. O papel do Estado, enquanto empregador, é criar núcleos que possam conhecer e cuidar da saúde integral dos seus membros e servidores. O sentimento de limitação, se há, precisa ser revisto tanto internamente, através do esclarecimento e mesmo da pressão dos servidores pela criação de tais serviços de saúde e segurança ocupacional, quanto externamente, através da concepção e proposição de iniciativas que tanto a administração quanto as associações estaduais, como a Apeminas, podem realizar.

RP - A indicação, de um participante da pesquisa, quanto à necessidade de a classe lutar pela autonomia da Advocacia Pública junto ao Congresso Nacional, para melhoria das condições de trabalho, pode ser entendida como um sentimento de força e otimismo diante da situação?

CC - Não apenas otimismo. Acredito que a indicação deva ser compre-

“ Quanto ao teletrabalho, para a maioria pesquisada, apesar das necessidades de aperfeiçoamento, é algo que chegou trazendo conforto laboral e mitigação dos altos níveis de estresse ”

RP - Como o senhor avalia os resultados apurados em relação aos aposentados?

CC - A presença dos aposentados no diagnóstico foi bastante positiva e, com isso, conseguiram ajudar a Anape a compreender com mais profundidade a singularidade do momento atual que vivem. São pessoas que estão em um ótimo momento para seguirem em frente em trajetórias acadêmicas, que resultam no compartilhamento do conhecimento acumulado nos anos. O espaço para realização de mestrados e doutorados, por exemplo, é uma oportunidade concreta que merece ser qualificada. Pouco mais que a metade deles já não possuem mais dependentes. Certamente, os filhos já gozam de autonomia e agora eles precisam planejar a própria vida. Uma notícia crítica envolve os escores negativos de sobrepeso e mesmo obesidade entre os aposentados. Aqui está uma necessidade imediata de cuidados especiais já que quase 85% deles necessitam de acompanhamento médico e/ou medicação continuada e

“ (Os aposentados) são pessoas que estão em um ótimo momento para seguirem em frente em trajetórias acadêmicas, que resultam no compartilhamento do conhecimento acumulado nos anos ”

endida como a sinalização de um importante caminho a seguir. De uma estratégia a ser perseguida e alcançada. Com a autonomia, justamente, abrem-se os meios para superação do cenário discutido anteriormente, de esquiwa por parte dos governos pela criação e sustentação de núcleos estratégicos de cuidado com a saúde integral. A autonomia, entre outros ganhos, traria essa liberdade orçamentária e de gestão institucional.

RP - Em seu relatório, o senhor aponta para a necessidade de ser continuamente aferida a capacidade de conservação dos níveis de qualidade de vida e da saúde psicológica dos associados da Anape. O senhor recomendaria, tanto para as Procuradorias-Gerais quanto para as associações, programas que estimulem avaliações clínicas periódicas?

CC - Neste ponto, sobre as Procuradorias-Gerais, não se trata de estimular os servidores, mas de exigir. Como empregador, o Estado precisa fazer o seu dever de casa e se ver obrigado a realizar e analisar os dados decorrentes dos assim chamados exames ocupacionais. São poucos os tipos de exames, mas são essenciais para que uma organização possa, de fato, evidenciar que está comprometida com altos níveis de qualidade de vida e saúde dos seus quadros: exame admissional, demissional, de mudança de função, de retorno de licença ou adaptação funcional por motivo de saúde e, especialmente, o exame periódico. Trata-se de uma bateria de exames clínicos, de natureza biopsicossocial, através das quais, anualmente, servidores e administração passam a saber exatamente qual é a epidemiologia concreta daquela específica população. Aqui, o papel das associações é estimular e facilitar que o procurador ou procuradora realizem os exames, bem como elaborem um estilo de vida saudável.

RP - Entre as prioridades apontadas no diagnóstico está a instalação de Núcleo de Atenção à Saúde Integral (corporal/psicológica), pelas PGEs, visando ao mapeamento institucional e à implantação de programas de promoção, prevenção e acompanhamento da saúde e qualidade de vida. O senhor poderia sugerir ações ou programas que possam ser adotados por esses núcleos, para que, realmente, obtenham resultados satisfatórios?

CC - As ações e programas são muitos! É bastante prazeroso conceber e imaginar ações de promoção de saúde em seus diversos níveis. Contudo, que fique claro que mais importante que esta ou aquela campanha, sobre este ou aquele órgão ou transtorno de saúde, é a criação e dotação funcional e orçamentária desses núcleos de gestão da saúde ocupacional. Isso porque eles deverão agir com base em mapeamento institucional, que, por sua vez, irá traduzir as informações epidemiológicas que foram levantadas em sua população-alvo.

RP - Há cerca de 3 anos, a Apeminas tem promovido uma campanha de promoção da saúde e qualidade de vida, chamada de “A Lei é Exercitar”, que apresenta depoimentos e fotos de associados que praticam exercícios físicos ou atividades que promovam o bem-estar. Além dos já conhecidos efeitos positivos no corpo do praticante, como melhora no



Arquivo pessoal

A procuradora do Estado de Minas Gerais, Evânia Beatriz de Souza Cabral, foi uma das primeiras associadas a participar da campanha “A Lei é Exercitar”, promovida pela Apeminas desde fevereiro de 2021

metabolismo, coração, digestão, tonicidade muscular, entre tantos outros, quais efeitos o senhor destacaria como positivos para a mente do indivíduo, para o humor, para a disposição para a vida?

CC - *Mens sana in corpore sano* ou “uma mente sã em um corpo sadio” é uma antiquíssima expressão latina que responde a sua pergunta. Os antigos sabiam da indissolubilidade entre a psique e a matéria, entre o corpo e a alma. Em meu ponto de vista, o efeito mais importante de se viver a vida com base nessa premissa é que uma pessoa que se exercita bem, ela dorme bem. E, ao dormir bem, ela também se torna mais aberta para o surgimento dos sonhos. Quando a gente sonha - e lembra do que sonhou - temos uma oportunidade singular de conhecer a nós mesmos. Seguir o fio das emoções difíceis, encarar e compreender aquilo que pode, com efeito, mudar as nossas vidas.

RP - O senhor gostaria de enviar alguma mensagem para os associados, associações e para as Procuradorias-Gerais, visando à melhoria da qualidade de vida e à promoção da saúde?

CC - Quero, em primeiro lugar, agradecer a todos pela imensa confiança depositada no projeto e pelo engajamento e transparência demonstrada nas respostas ao tema da Saúde Integral. Elaboramos um relatório fidedigno das situações de saúde experimentadas por conta dessa participação. Segundo, espero que não deixem para amanhã aquilo que precisa ser manejado imediatamente. Nossa saúde, sem a menor dúvida, é o nosso maior bem. Assim, adotem um estilo de vida interessante, saudável mesmo, no sentido de cuidar daqueles aspectos que são reconhecidos como carentes e vulneráveis na personalidade. Sono, alimentação, afeto, convivência, lazer, curiosidade para com a vida são dimensões que fazem toda a diferença. Se cuidem!

> A pesquisa *Níveis de Saúde e Qualidade de Vida dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal*, produzida pela Anape, está disponível no site da Apeminas, na [Área do Associado](#)

“ Como a maioria dos empregadores, os governos estaduais e distrital muitas vezes insistem no discurso das limitações orçamentárias, da austeridade ou de outros entraves de natureza burocrática e administrativa para tentarem fugir do óbvio, que é a importância de cuidar de seu pessoal ”

O uso de telas e seus impactos

Rodrigo Otávio Dias de Araújo

Ortopedista; Médico do Exercício e do Esporte; Membro da Arthro (ARM Fisioterapia e Saúde); Professor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais



Arquivo Pessoal

O aumento do tempo de utilização de telas é uma tendência significativa, piorado especialmente durante a pandemia de Covid-19. Entre jovens de 12 a 18 anos, o uso de tecnologias digitais, como computadores, televisões e celulares, por mais de seis horas diárias, aumentou consideravelmente, passando de 17,39% para 59,4% após a pandemia.

Esse aumento deveu-se, principalmente, às aulas *on-line* durante o período de isolamento e ao *home office*. No entanto, o uso excessivo de telas pode ter impactos na saúde física e mental.

É importante que as famílias estejam atentas ao tempo de tela e, se perceberem uso excessivo ou mudanças de comportamento nas crianças e adolescentes, considerem buscar ajuda profissional. Afinal, equilibrar o uso de dispositivos eletrônicos é fundamental para o bem-estar geral.

Síndrome tecnológica - Quanto à *“tech neck syndrome”* (síndrome cervical tecnológica), é uma preocupação válida. Passar longas horas inclinado sobre dispositivos móveis pode causar tensão no pescoço e na coluna cervical. É essencial adotar posturas adequadas e fazer pausas regulares para evitar esses problemas e fazer ajustes ergonômicos em escritórios e áreas de trabalho.

Embora não existam recomendações específicas sobre o uso de telas considerado prejudicial à saúde, é prudente limitar o tempo de exposição. Estima-se que um período entre 3 e 4 horas por dia já possa contribuir para algumas doenças agudas do sistema musculoesquelético, e repercussões em do-

enças degenerativas no futuro. Portanto, conscientização e moderação são essenciais para preservar nossa saúde em longo prazo.

Além da ideia de que o ambiente virtual possa dar a falsa sensação de um mundo perfeito, irreal, e que isso possa causar sérios problemas mentais e comportamentais, temos as questões físicas relacionadas à anatomia do sistema musculoesquelético. Essas repercussões podem ser significativas:

1. Coluna cervical: O uso prolongado de dispositivos eletrônicos, como celulares e *tablets*, pode levar à síndrome cervical tecnológica ou *“tech neck”*. Isso ocorre devido à inclinação constante da cabeça para baixo, o que coloca pressão extra na coluna cervical. Em longo prazo, isso pode resultar em dores no pescoço, rigidez e até mesmo alterações estruturais na coluna.

2. Ganho de peso e gordura localizada: O tempo excessivo gasto em telas muitas vezes está associado a um estilo de vida sedentário. A falta de atividade física pode levar ao ganho de peso e ao acúmulo de gordura em áreas específicas do corpo.

3. Mudanças na composição corporal: A falta de movimento afeta a composição corporal. A atrofia muscular e a perda de massa óssea são preocupações reais. A inatividade prolongada pode levar a músculos mais fracos e ossos menos densos.

4. Encurtamentos de cadeias musculares: As posições assumidas diante das telas geram encurtamentos musculares e perda de força seletiva em determinados músculos. Estes en-

curtamentos e posturas viciosas podem causar degeneração precoce em discos e articulações.

É fundamental que todos nós, independentemente da idade, estejamos cientes desses impactos e tomemos medidas para mitigá-los. Fazer pausas regulares, adotar posturas adequadas ao usar dispositivos eletrônicos e equilibrar o tempo de tela com atividades físicas são passos importantes para preservar nossa saúde física e mental.

Ergonomia - A ergonomia no local de trabalho é extremamente importante para prevenir lesões na coluna cervical e lombar, especialmente para aqueles que passam muito tempo em frente a telas de computador ou celulares. Aqui estão algumas dicas para manter uma postura correta:

1 - Altura da tela: A parte superior do monitor deve estar ao nível dos olhos ou um pouco abaixo. Isso ajuda a manter o pescoço em uma posição neutra.

2 - Posição da cadeira e mesa: Ajuste a altura da cadeira de forma que seus pés estejam apoiados no chão e suas coxas estejam paralelas ao chão. A mesa deve estar em uma altura que permita que seus cotovelos fiquem em um ângulo de 90 graus enquanto você digita.

3 - Tempo de utilização das telas: Faça pausas regulares. A cada 20 minutos, olhe para algo a 20 pés de distância por 20 segundos. Isso é conhecido como a regra 20-20-20 e pode ajudar a reduzir a fadiga ocular.

Lembre-se, a chave é fazer pequenos ajustes, frequentemente, e ouvir o seu corpo. Se você começar a sentir desconforto, é hora de se mover.

A LEI É EXERCITAR - A Apeminas tem buscado meios para promover a saúde de seus associados. Em fevereiro de 2021, lançou a campanha “A Lei é Exercitar”, com divulgação, nas redes sociais, de depoimentos e exemplos de colegas que praticam atividades que proporcionam mais qualidade de vida e bem-estar. Em setembro deste ano, firmou convênio com a Arthro (ARM Fisioterapia e Saúde), especializada em Fisioterapia e Ortopedia, com atendimento em Belo Horizonte. O objetivo destas ações é estimular o cuidado integral, a prevenção e o tratamento adequado.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta homenagem à Apeminas por seus 20 anos



Adriana Porto/Apeminas

Compuseram a Mesa de Honra da Reunião Especial em homenagem aos 20 anos da Apeminas: o defensor público Fernando Campelo Martelleto, representando a defensora pública-geral, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa da Paula Castro; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; o deputado estadual Cássio Soares, representando o presidente da ALMG, Tadeu Martins Leite; a deputada estadual Ione Pinheiro, autora do requerimento que viabilizou a homenagem; o juiz da 38ª Zona Eleitoral, Jair Francisco dos Santos, representando o presidente do TRE, desembargador Octavio Augusto de Nigris Boccalini; e a desembargadora do TJMG, Teresa Cristina da Cunha Peixoto

Na noite de segunda-feira, 25 de setembro de 2023, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais promoveu uma Reunião Especial, em homenagem aos 20 anos da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas), instituída em 22 de setembro de 2003. Um momento que ficará para a história, com o estreitamento das relações entre a Advocacia-Geral do Estado e o Parlamento mineiro.

Requerida pela deputada estadual Ione Pinheiro (União) e contando com o apoio de 30 parlamentares de diversas legendas, a Reunião Especial foi prestigiada por mais de 100 convidados, entre autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário, dirigentes de entidades parceiras, servidores da AGE-MG, amigos e familiares dos procuradores do Estado de Minas Gerais. O evento foi transmitido, ao vivo, pelos canais da TV Assembleia e também no canal da ALMG no YouTube, por onde é possível assistir ao vídeo.

Acolhimento - Em seu discurso, a deputada Ione Pinheiro ressaltou a importância dos procuradores do Estado como viabilizadores de políticas públicas, assim como o papel da Apeminas na defesa das pautas da classe. “Desejo fortemente, nesta Casa, junto aos meus pares, atuar pelo acolhimento das pautas de interesse dos procuradores do Estado de Minas Gerais, cujo trabalho prima pela proteção do nosso amado povo mineiro. (...) Não podemos esquecer que a verdadeira Justiça está estreitamente ligada ao bem comum, ao respeito à dignidade de nossos semelhantes e a todos os princípios regentes do Estado Social de Direito. Parabéns Apeminas, parabéns pelos seus 20 anos, um exemplo mineiro na construção da sociedade brasileira”.

Convergência - A convergência de objetivos e a possibilidade de uma atuação concertada entre a Advocacia-Geral do Estado e a Assembleia Legislativa foram enfatizadas pela presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello. “Quero destacar o vínculo visceral que aproxima deputados e procuradores do Estado, a Assembleia Legislativa e Advocacia-Geral do Estado. Essa porta que a Assembleia Legislativa abre hoje, para a Advocacia Pública estadual, estabelece, identifica e fortalece o vínculo finalístico e natural que nos une – o de defender, com as leis (nas duas pontas – na sua criação e na sua aplicação), os direitos e os interesses do povo das nossas Minas de tantos Gerais”.

Parceria - O deputado estadual Cássio Soares, que representou o presi-

dente da ALMG, Tadeu Martins Leite, disse, em seu pronunciamento, que, “ao reconhecer a importância fundamental dos procuradores do Estado de Minas Gerais, o Parlamento mineiro parabeniza os primeiros 20 anos da Apeminas, associação que defende com vigor os interesses dessa classe”.

Segundo o parlamentar, “o sucesso de políticas públicas aplicadas em Minas tem participação direta dos procuradores do Estado, na medida em que auxiliam os gestores nos investimentos estaduais e de inclusão social. Enfim, na execução dessas políticas, desde a construção de hospitais, escolas, até o pagamento de precatórios. A ALMG parabeniza a Apeminas, desejando nas próximas décadas que continue levando adiante a sua missão de promover a valorização dos procuradores, cultivando os valores da ética e da transparência. Esta Assembleia continua à disposição para, dentro da parceria, colaborar com esses pleitos tão almejados por todos vocês”.

Gestões - A Reunião Especial contou com a participação dos ex-presidentes Lyssandro Norton Siqueira, Marconi Bastos Saldanha, Roney Oliveira Júnior, Gustavo Chaves Carreira Machado, Jaime Nápoles Villela e Ivan Ludovice Cunha. Em seu discurso, Célia Cunha Mello também prestou homenagens a João Lúcio Martins Pinto (*in memoriam*), que presidiu a Apeminas de 2010 a 2012, e agradeceu o apoio dos diretores e conselheiros da atual gestão (2022-2024), na pessoa do vice-presidente, Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho.

Autoridades - Entre as autoridades presentes, além das que compuseram a Mesa de Honra, estavam o advogado-geral adjunto (Contencioso), Fábio Murilo Nazar; os ex-advogados-gerais do Estado, Roney Luiz Torres Alves da Silva e Marco Antônio Rebelo Romanelli; a desembargadora do TJMG, Juliana Campos Horta de Andrade; os deputados estaduais Lucas Lasmar (Rede), Adriano Alvarenga (PP) e Neilando Pimenta (PSB); o segundo vice-presidente da Anape, Ivan Ludovice Cunha; o presidente e o vice-presidente da Associação dos Procuradores Municipais de Belo Horizonte (Aprom), respectivamente, Marcelo Veiga Franco e Paulo Antônio Grahl Monteiro de Castro; a presidente da Associação dos procuradores do Município de Montes Claros (Prommoc), Paula Carvalho Amaral; o presidente e o vice-presidente do Sindifisco, respectivamente, Edson Mateus e Marco Antônio Couto dos Santos; e o delegado da Polícia Civil de Minas Gerais, Marco Aurélio de Oliveira Resende.

Conselho Federal da OAB e seccional mineira reúnem 21.960 participantes em Belo Horizonte

A OAB Nacional e a OAB Minas promoveram, no período de 27 a 29 de novembro, em Belo Horizonte (MG), a 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, contando com a participação de representantes da Advocacia Pública estadual, que abordaram questões relativas a honorários advocatícios, autonomia da classe, e, também, dos entes federados, no âmbito da Reforma Tributária.

O evento, que recebeu a titulação do *Guinness World Records* (Livro dos Recordes) como o maior evento jurídico presencial do mundo, reuniu 21.960 participantes, entre advogados, estudantes e autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo ministros do STF e STJ, magistrados e juristas de renome nacional e internacional.

Prerrogativas - Em seu discurso, na cerimônia de abertura, o presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, afirmou que a conferência simbolizava o fortalecimento da profissão. “Este é um espaço de reafirmação das garantias e de defesa incansável das prerrogativas da Advocacia, pois apenas elas são capazes de proteger a nossa atuação profissional em prol dos cidadãos. Temos compromisso com o aprimoramento da Advocacia, com a excelência do ensino do Direito, com a liberdade do povo brasileiro. Temos compromisso com a ampla defesa e com o devido processo legal”, enfatizou.

Ampla acesso - Em sua participação na abertura da Conferência, o presidente da OAB-MG, Sérgio Leonardo, destacou a atuação da entidade e sua luta por julgamentos justos em cada processo. “Nosso guia é a Constituição de 1988 e, por isso, somos rebeldes e revolucionários diante do ataque às liberdades. Somos os pioneiros e garantidores do Estado de Direito e a última trincheira contra o autoritarismo”, sus-



A abertura da 24ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira, realizada na manhã do dia 27, contou com a presença do presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti; do presidente da OAB-MG, Sérgio Leonardo; do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que fez a Conferência Magna; do advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa de Paula Castro, representando o governador Romeu Zema, e do vice-governador de Minas, Mateus Simões, entre outras autoridades.

tentou. Segundo ele, um dos papéis de destaque da Advocacia é derrubar barreiras para que as pessoas tenham amplo e livre acesso à Justiça.

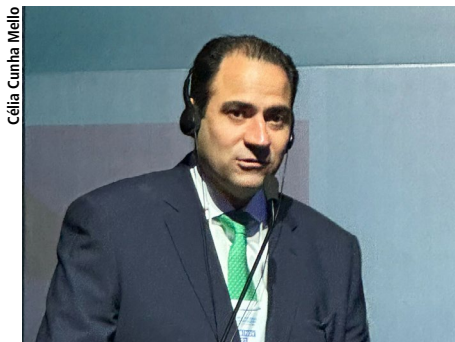
Advocacia Pública - No dia 28 de novembro, ao lado do ministro do STF, Luiz Fux, o advogado-geral Sérgio Pessoa de Paula Castro participou de painel sobre *Honorários Advocatícios*, tratando, especificamente, sobre o tema *Honorários dos Advogados Dativos e o Sistema Multiportas de Solução de Conflitos*. Segundo ele, “os advogados dativos, principalmente em razão da assistência dada à população mais vulnerável, devem ser remunerados de forma digna, e a redução da litigiosidade foi uma forma encontrada para reduzir as execuções. Criamos um endereçamento para o estoque já em andamento, que foi inventariado, dando mais agilidade aos pagamentos”, informou.

No dia 29, o painel dedicado à Advocacia Pública reuniu, entre os palestrantes, o diretor de Assuntos Legislativos da Anape e presidente da Apesp, Fabrizio Pieroni, que falou sobre *Autonomia da Advocacia Pública como alternativa para efetivação das políticas públicas*, e a diretora-presidente da Escola Superior de Advocacia Pública da Apergs, Fabiana da Cunha Barth, que abordou o tema *Federação, Competências da Advocacia Pública e Reforma Tributária*.

Autonomia - Em sua palestra, Pieroni defendeu a concessão constitucional das autonomias técnica, administrativa e orçamentária para a Advocacia Pública, visando ao enfrentamento de dois desafios: a necessidade de reafirmar sua identidade como um pilar fundamental do Estado Democrático de Direito, viabilizando a implementação de políticas públicas; e a gestão da litigiosidade administrativa e a judicialização.

Reforma Tributária - Já Fabiana Barth indicou que há vários questionamentos em relação ao substitutivo apresentado no Senado Federal, da PEC 45/2019 (Reforma Tributária), quanto à atuação dos procuradores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios junto ao Comitê Gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), pois há previsão de importantes alterações na estrutura orgânica das Procuradorias em matéria tributária, bem como nas competências funcionais da Advocacia Pública dos entes subnacionais e locais.

“A PEC nº 45/2019, que está no estágio mais avançado para concretização da Reforma Tributária, altera o sistema de descentralização de receitas previsto na Constituição de 1988, e deve ser analisada com atenção, na medida em que não há Federação sem autonomia dos entes subnacionais e, portanto, proposta que não assegure receitas suficientes para fazer frente aos gastos públicos dos entes subnacionais estaria violando a cláusula pétrea da Constituição, que protege a Federação, inclusive, de proposta de emenda tendente a aboli-la”, adverte.



O presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, enfatizou o compromisso da Advocacia brasileira com a ampla defesa e com o devido processo legal



O presidente da OAB-MG, Sérgio Leonardo, reafirmou o papel dos advogados como garantidores do Estado de Direito e última trincheira contra o autoritarismo

RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

Apeminas apoia concurso público para procuradores do Estado



No dia 11 de agosto, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, acompanhou as considerações e a decisão do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Agostinho Patrus.

Relator dos processos de análise dos concursos públicos da Secretaria de Estado da Fazenda e da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, Patrus revogou, naquela data, as medidas cautelares de suspensão das nomeações, adotadas em 4 de agosto.

Com a revogação, foi publicada no Diário do Executivo, de 12 de agosto, a Resolução AGE Nº 191, de 11 de agosto de 2023, homologando o Concurso Público de Provas e Títulos para ingresso na carreira de procurador do Estado, Nível I, Grau A (regido pelo Edital nº 01, de 2022), da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

Em que pese a homologação do certame ter sido autorizada pelo TCEMG, o relator expediu recomendação ao Estado de Minas Gerais de que não prosseguisse com as nomeações, “antes das análises dos processos por esta Corte. Ainda, que informe a este Tribunal todos os atos executados após a finalização dos concursos no prazo de cinco dias úteis”.

Regularidade - No dia 25 de outubro, o Tribunal Pleno do TCEMG decidiu pela regularidade do Edital de Concurso nº 1/2022 (Processo nº 1120160) da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG) para provimento de cargo efetivo de Procurador do Estado, Nível I, grau “A”, visando, inicialmente, ao preenchimento de 42 vagas na carreira. Decidiu também pela improcedência da denúncia (Processo apenso nº 1127691) formulada pelo Sind-Saúde/Núcleo Betim/MG sobre o referido concurso, homologado em agosto de 2023.

Para a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, a decisão foi acertada, pois permitirá a necessária recomposição dos quadros da AGE-MG. No entanto, ela adverte. “Na verdade, esse concurso se limitou a recompor as vacâncias verificadas na Advocacia-Geral do Estado. Nosso último concurso público foi em 2012. Estamos, aqui em Minas Gerais, com um quadro de advogados públicos muito reduzido, incompatível com a importância das atribuições legalmente afetadas aos procuradores estaduais. A recuperação de créditos, o apoio às políticas públicas e a solução de conflitos pela via da consensualidade pressupõem que tenhamos uma ampliação dos nossos quadros (procuradores do Estado e servidores) e uma AGE física e tecnologicamente mais estruturada. Continuaremos trabalhando por isso”.

Célia Cunha Mello participa da cerimônia de posse da Aprom/BH



A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, representou os procuradores do Estado de Minas Gerais, no dia 1º de setembro, na solenidade de posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação dos Procuradores Municipais de Belo Horizonte (Aprom/BH), para o biênio 2023/2025. Registro do encontro: a ex-presidente da Aprom/BH, Hercília Maria Portela Procópio; o presidente empossado, Marcelo Veiga Franco; a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello; e o vice-presidente, Paulo Antônio Grahl Monteiro de Castro.

Apeminas integra solenidade em celebração dos 20 anos da AGE-MG



A Mesa de Honra em comemoração aos 20 anos da AGE-MG, em solenidade realizada no dia 11 de julho, nos jardins do Palácio da Liberdade, foi composta pelas seguintes autoridades e personalidades: o ex-deputado estadual Dalmo Ribeiro Silva, autor da Emenda 56, que deu origem à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais; o procurador-geral de Justiça em exercício, Carlos André Mariani Bittencourt, representando o procurador-geral do MPMG, Jarbas Soares Júnior; o presidente do TRT, desembargador Ricardo Antônio Mohallem; o 2º vice-presidente do TJMG, desembargador Renato Luís Dresch, representando o presidente do TJMG, José Arthur de Carvalho Pereira Filho; o primeiro advogado-geral do Estado a partir da unificação da Procuradoria-Geral do Estado e da Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual, José Bonifácio Borges de Andrada; o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Gilberto Pinto Monteiro Diniz; o presidente do TRE-MG, desembargador Octávio Augusto de Nigris Boccalini; o presidente do TJMMG, desembargador Rúbio Paulino Coelho; o defensor público-geral em exercício, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, representando a defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias; e a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

Campanha 20 anos Apeminas

Para celebrar os seus 20 anos de história, completados em 22 de setembro, a Apeminas promoveu uma campanha, iniciada em 21 de julho, com um resumo das principais ações de seus oito presidentes. O conteúdo foi disponibilizado no site, nas redes sociais, e, também, por meio do boletim semanal APENews e do jornal trimestral *Res Publica*.



Apeminas na Imprensa

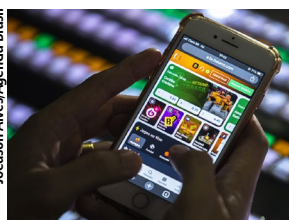
Na última semana de setembro e no começo de outubro, veículos de comunicação de Minas Gerais publicaram matérias por ocasião do aniversário de 20 anos da Apeminas e, também, em virtude da homenagem que a ALMG prestou à Apeminas no dia 25 de setembro.

Entre os conteúdos, destaca-se o artigo da presidente, Célia Cunha Mello, intitulado *Defesa do Estado e do Cidadão*, veiculado pelo jornal O Tempo, além de matérias publicadas pelo Diário do Comércio, Estado de Minas, Jornal de Uberaba e Novo Jornal de Notícias (Montes Claros), além dos sites da AGE-MG, ALMG, Portal Geaes, Portal GMais e da Anape.



Procuradores do Estado na mídia: artigo de Daniela Victor de Souza Melo sobre A invasão das bets

Em artigo publicado no jornal O Tempo, em 1º de agosto, a procuradora do Estado Daniela Victor de Souza Melo, diretora de Comunicação e Relações Institucionais da Apeminas, propõe uma reflexão sobre a responsabilidade do Estado em relação ao fácil acesso de crianças e adolescentes ao mercado de apostas de jogos esportivos. Segundo ela, a autorização das apostas esportivas *on-line* em 2018, sem a adequada regulamentação, agravou a situação. “Os sites de apostas investiram bastante em publicidade, mas muito pouco em segurança e transparência”. O artigo foi compartilhado por meio do APEClipping, distribuído aos associados da Apeminas.



Joáquim Alves/Agência Brasil

Jusprev realiza evento para associados da Apeminas e Adep-MG

No dia 18 de setembro, a Jusprev (Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) realizou um evento, em Belo Horizonte, destinado a informar aos associados da Apeminas e da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) os benefícios da adesão à previdência complementar. A apresentação, em modo presencial, foi feita pelo presidente do Conselho Fiscal da Jusprev, Sérgio Riani, e pela gerente-geral, Deborah Maggio, na sede da Adep-MG. Também foi possível participar por meio da plataforma Zoom.



Divulgação Jusprev

1º Seminário do Fórum Nacional das Procuradorias Consultivas

A Apeminas apoiou e participou do 1º *Seminário do Fórum Nacional das Procuradorias Consultivas*, promovido pela Anape e Fonacon (Fórum Nacional de Consultivos das Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal), no período de 13 a 15 de setembro, em Vitória (ES). Além de divulgar o evento, reembolsou o valor das inscrições para os seus associados, como forma de incentivo à participação. O tema foi a *Lei nº 14.133/2021: desafios e oportunidades sob a perspectiva da Advocacia Pública*, contando com a participação de cinco procuradores do Estado de Minas Gerais.



Participaram do seminário o procurador do Estado Lyssandro Norton Siqueira e a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, além dos procuradores do Estado Raquel Melo Urbano de Carvalho e Eduardo Grossi Franco Neto, que palestraram no evento.

Divulgação PGE/ES

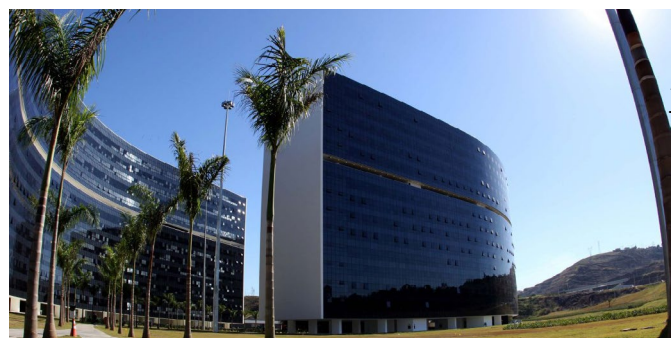


Integrante do Fonacon e diretora de Comunicação e Relações Institucionais da Apeminas, Daniela Victor de Souza Melo (segunda fila, sexta posição) representou o advogado-geral, Sérgio Pessoa da Paula Castro, na reunião do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal (Conpeg).

Divulgação PGE/ES

Associação divulga Censo Previdenciário para servidores do Executivo

A Apeminas divulgou, junto aos seus associados, informações sobre o primeiro Censo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. Promovido pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), o recenseamento, obrigatório, teve início em 19 de junho, com término em 15 de dezembro deste ano.

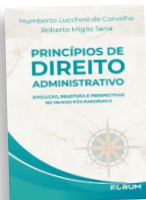


Gil Leonardi/Imprensa MG

PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO

PUBLICAÇÕES

Controle em Foco - A Apeminas compartilhou com seus associados a quinta edição da revista Controle em Foco, editada pelo Ministério Público de Contas de Minas Gerais, referente ao semestre de janeiro a junho de 2023. A publicação está disponível no site do MPC-MG.



Princípios de Direito Administrativo - Evolução, Releitura e Perspectivas no Mundo Pós-Pandêmico - De autoria dos advogados e pareceristas Humberto Lucchesi de Carvalho e Roberto Miglio Sena, a obra *Princípios de Direito Administrativo - Evolução, Releitura e Perspectivas no Mundo Pós-Pandêmico* revisita os princípios do Direito Administrativo com o olhar voltado para os problemas da atualidade. Segundo os autores, os princípios servem de guia para enfrentar os desafios da modernidade, incluindo a pandemia de Covid-19, que trouxeram uma série de conflitos, indagações e *hard cases* que demandam da Administração Pública e dos aplicadores do Direito respostas e soluções assertivas. Para saber mais, consulte a Editora Fórum.

Revista Jurídica da AGE-MG - No dia 11 de julho, integrando as comemorações dos 20 anos da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, foi lançada a edição especial da Revista Jurídica da AGE-MG. A publicação contou com o patrocínio da Apeminas, que tem, entre suas atribuições, fomentar a produção do conhecimento. A obra está disponível no site da AGE-MG para *download* e compartilhamento.



(Des)igualdade no serviço público - O procurador do Estado de Minas Gerais, Gianmarco Loures Ferreira, lotado na Assessoria de Representação no Distrito Federal (ARDF) lançou, no dia 5 de setembro, em Brasília, o livro *(Des)igualdade no serviço público - Burocracia, ativismo e as ações afirmativas raciais na diplomacia brasileira*. Para informações adicionais, consulte o site da Editora CRV.

APOIO A EVENTOS

1º Seminário Nacional da Autonomia da Advocacia Pública

A Apeminas tem apoiado as ações da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, destacando-se o 1º *Seminário da Autonomia da Advocacia Pública*, realizado, no dia 5 de setembro, em São Luís (MA). O evento contou com palestra do presidente da Apesp, Fabrizio Pieroni, diretor de Assuntos Legislativos da Anape, sobre *Autonomia da Advocacia Pública: história da PEC 82 e novas prerrogativas para a autonomia*.



A Frente, criada na Câmara dos Deputados, em 25 de abril, é composta pelas associações das carreiras da União, dos Estados e Municípios: Anape, Anauni, Anafe, Anajur, Anprev, Sinprofaz, ANPM, Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, além da Comissão Nacional da Advocacia Pública da OAB Federal e do Colégio Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e do DF (Conpeg).

O Futuro da Advocacia Pública - Por meio de divulgação, a Apeminas apoiou o *X Congresso Internacional Revisitando o Direito Público*, promovido nos dias 24 e 25 de agosto, em Gramado (RS), pela Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (Apergs) e a Escola Superior da Advocacia Pública da Apergs. No evento, foi revisitada a noção da indisponibilidade do interesse público, com painel sobre *Transação na Administração Pública*, tendo, como palestrantes, a procuradora do Estado de Minas Gerais e professora de Direito Administrativo, Raquel Melo Urbano de Carvalho, e o jurista e professor titular aposentado de Direito da UFRGS, Juez Freitas.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Res Publica - O jornal, de periodicidade trimestral, é distribuído para os associados por WhatsApp e na versão impressa, também destinada às entidades parceiras, veículos de comunicação e Mundo Oficial. A cada edição, apresenta a coluna Palavra da Diretoria, entrevista e matérias sobre temas especiais, além de notícias sobre as principais ações da Apeminas.



APENews - A *newsletter*, ou boletim virtual, tem duas páginas e é distribuída todas as sextas-feiras, por e-mail e WhatsApp, aos associados Apeminas. A publicação divulga, de forma breve, informações sobre ações da Associação e da AGE-MG, indica artigos e livros, e apresenta notas sobre decisões do Judiciário, Legislativo e Executivo, de interesse da Advocacia Pública.



Redes Sociais - Diversas vezes por semana, a Apeminas divulga, em seus canais no Facebook, Instagram, X e LinkedIn, as principais ações da Apeminas, eventos, artigos e análises de acontecimentos que possam contribuir para o exercício profissional e qualificação de seus associados.



Site - No site da Apeminas são destacadas as principais ações ou acontecimentos de interesse do associado, assim como convênios, convocações e articulações relativas à classe.



Também são disponibilizadas todas as edições do *Res Publica* e do *APENews*, entre outras publicações e conteúdos.

APEClipping - O APEClipping é distribuído, todos os dias úteis, aos associados da Apeminas. É uma coletânea de notícias publicadas pelos veículos de comunicação do Brasil e de Minas, especialmente selecionadas para os procuradores do Estado de Minas Gerais.

Campanha saúde - A Apeminas tem desenvolvido uma campanha, por meio de suas redes sociais, para estimular os associados a praticarem atividades que levem à saúde e ao bem-estar. Uma vez por mês, um associado compartilha com os colegas a sua experiência e os benefícios para o corpo, a mente e o espírito.



RES PUBLICA

Informativo da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais - APEMINAS

www.apeminas.org.br

Apeminas - Diretoria - Presidente: Célia Cunha Mello; Vice-presidente: Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho; Diretor Administrativo: José dos Passos Teixeira de Andrade; Diretora Financeira: Rafaella Barbosa Leão; Diretora Social: Renata Viana de Lima Netto; Diretora de Comunicação e Relações Institucionais: Daniela Victor de Souza Melo; Diretora de Relações com os Aposentados e Pensionistas: Adrienne Lage de Resende; Diretor de Relações com as Unidades no Interior do Estado: Vinicius Rodrigues Pimenta; Diretor Jurídico: Leonardo Bruno Marinho Vidigal.

Conselho Fiscal - Presidente: João Viana da Costa; Secretária: Aline Cristina Oliveira Amaranti; Vogal: Sávio de Aguiar Soares. Conselho Consultivo - Presidente (membro nato): Ivan Luduvic Cunha; Vice-presidente (membro nato): Gustavo Chaves Carreira Machado; Membros: Ronaldo Maurílio Cheib; Daniel Bueno Cateb; Joana Faria Salomé.

Res Publica - Produção editorial: Mombak Comunicação Estratégica. Jornalista responsável: Marli Assis - MTB 5.571-JP. Redação: Andrea Rocha. Projeto gráfico: Código Plus. Diagramação: Danielle Marcussi. Endereço: Rua Espírito Santo, 466 / sala 1506 - Centro - Belo Horizonte (MG) - CEP 30160-916. Tels (31) 3261.3532 e (31) 9.9987.5331/WhatsApp. E-mail: apeminas@apeminas.org.br. Site: www.apeminas.org.br. Redes sociais: Facebook, Instagram, X e LinkedIn.